

O TURISMO NAS PISCINAS NATURAIS DE PICÃOZINHO, JOÃO PESSOA, PB – PERCEPÇÕES, CONFLITOS E ALTERNATIVAS.

Guiherme Debeus¹ e Maria Cristina Crispim²

Resumo: Os recifes de corais têm uma enorme importância ecológica e econômica para o mundo, e por serem ambientes frágeis, necessitam de discernimento para a sua exploração. Este trabalho é uma tentativa de caracterizar o atual uso turístico recreativo da formação recifal de Picãozinho, em João Pessoa – Paraíba, bem como de identificar a relação entre os profissionais de turismo e turistas que exploram essa área e a região. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa com operadores de turismo, e uma observação local e posterior análise dos resultados com a utilização da teoria fundamentada em dados. Com base em tais análises, fez-se a apresentação de um comparativo deste trabalho com trabalhos sobre outros ambientes explorados de forma semelhante, mas de maneira sustentável, de modo a levantar propostas de meios para o uso ordenado da região.

Palavras-chave: Recife de coral. Turismo sustentável. Uso dos recifes.

1 Introdução

O aumento das populações humanas que moram na zona costeira, nela trabalham e usufruem-lhe os recursos tem provocado pressões que merecem ser monitoradas, tanto para a conservação do ambiente, quanto para a própria manutenção da qualidade de vida. Prova dos efeitos negativos das pressões humanas são as perdas de habitats (como áreas entre-marés, restingas, manguezais, recifes de coral etc.), e queda da qualidade da água costeira e do lençol freático, “bloom” de algas, causados por desequilíbrio ambiental, declínio da pesca comercial e artesanal, diminuição dos estoques de recursos vivos e não-vivos, poluição de praias, aumento dos processos de erosão e enchentes costeiras etc. A conservação destes recursos tende a ser cada vez mais problemática, tanto do ponto de vista político quanto ambiental (SILVA, 2002, apud OLIVEIRA, 2006).

Neste sentido, a compreensão da relação que a sociedade tem com esse ambiente é elemento importante para a realização de qualquer trabalho que altere as condições de uso deste ambiente. Por este motivo, as pesquisas sobre percepção ambiental requerem uma abordagem bastante ampla, necessitando englobar várias ciências, entre elas a Psicologia, a Antropologia a Sociologia, a Geografia.

Quanto ao tema, à sua percepção, discute-se que denominação se adequaria melhor à situação estudada: Conscientização, Sensibilização ou Percepção. Dependendo do enfoque, todos os conceitos podem ser usados, como se constatou em Ferreira (1975), “Percepção: formação de idéia; abrangência com

a inteligência; entender; compreender; aquisição de conhecimento por meio de sentidos. (p. 1547), “Sensibilização: vem de sensível, ou apto a sentir em profundidade as impressões, fazendo que delas participe toda a sua pessoa; emotivo.” (p.1854) e “Conscientização: de conscientizar: ter noção, conhecimento ou idéia de; ou ainda de consciência: atributo pelo qual o homem toma em relação ao seu redor (e relação aos chamados estados de interesses subjetivos), criando a possibilidade de níveis mais altos de integração.” (p. 517).

Não obstante Alves (1999, p.90) afirmar que “[...] a conscientização e sensibilização são os primeiros – senão os mais importantes – passos a serem dados rumo ao desenvolvimento sustentável do turismo”, mantivemos o conceito percepção, por entendermo-lo como um estágio ou nível subjetivo mais inicial.

É importante reconhecer, no entanto, que os diversos grupos humanos (pescadores, agricultores, industriais, turistas...) têm planos e projetos relativos ao uso da região costeira, freqüentemente conflitantes entre si. Neste sentido, o zoneamento deve conter um longo processo de negociação entre os diversos grupos de usuários, especialmente através de suas associações (sindicatos e instituições locais) (DIEGUES, 2001).

Na análise dos problemas ambientais não é suficiente a constituição de equipes interdisciplinares compostas de pesquisadores das áreas das ciências naturais e humanas. Os resultados desses trabalhos também devem ser submetidos à crítica da sociedade, dentro de processos de consultas democráticas, as mais abertas possíveis. Essas devem incluir,

¹ Turismólogo, mestrando do PRODEMA-UFPB/UEPB. E-mail: guidebeus@hotmail.com.

² Bióloga, Doutora. PRODEMA-UFPB/UEPB, CCEN/DSE. E-mail: ccrispim@hotmail.com. Universidade Federal da Paraíba, CCEN, DSE, Campus I, Cidade Universitária, João Pessoa, PB. CEP. 58059-900

sobretudo, a opinião das populações afetadas pelos processos de degradação ambiental (DIEGUES, 2001).

Deve-se permitir uma real participação das populações locais no processo de planificação, na tomada de decisões e na execução das atividades de desenvolvimento. A participação, sobretudo dos pequenos produtores (exploradores), é essencial para a solução dos conflitos potenciais na utilização dos recursos costeiros, através de processos de compatibilização dos usos alternativos (pesca X aqüicultura, turismo X preservação etc). A participação das associações dos produtores, seja de pescadores ou pequenos agricultores, é, a longo prazo, a garantia mais efetiva de que as medidas de controle e a sua fiscalização serão de fato respeitadas (DIEGUES, 2001).

Esta pesquisa tem como objetivo principal identificar e caracterizar as relações estabelecidas entre as pessoas que exploram e as que usufruem o ambiente recifal de Picãozinho e tentar, assim, fortalecer o processo de ordenamento turístico deste espaço.

2 Os ambientes recifais

Recifes de corais, sob o ponto de vista geomorfológico, são uma estrutura rochosa, rígida e resistente à ação das ondas e correntes marítimas. São constituídos por organismos marinhos e vegetais portadores de esqueleto calcário (LEÃO, 1994, apud CASTRO, 1999). Sob o ponto de vista biológico, os recifes coralíneos são formações criadas pela ação de comunidades de organismos denominados genericamente "corais". Embora a estrutura básica de recifes biogênicos seja, em geral, formada pelo acúmulo dos esqueletos destes animais, para a sua formação é necessária a atuação conjunta de uma infinidade de seres, formando uma complexa teia de associações e de eventos em sucessão. Em alguns recifes, inclusive do Brasil, o crescimento de outros organismos, como algas calcárias, pode assumir uma relevância igual ou maior que a dos próprios corais (KIKUCHI & LEÃO, 1997, apud CASTRO, 1999).

A maioria dos ambientes recifais está localizada entre os trópicos de Câncer e Capricórnio (THE CORAL REEF ALLIANCE, 2006). No Brasil, estes ambientes apresentam maior distribuição entre os estados do Maranhão e da Bahia (BRASIL, 2005).

Além de todos os benefícios ambientais que as formações recifais oferecem, como a proteção do litoral, servirem como berçário de espécies e serem altamente produtivas, estes ambientes vêm sendo explorados também pela indústria farmacêutica e como equipamento turístico, tornando-se, em alguns casos, vitais

para a sobrevivência de famílias e tendo contribuição para a receita de muitas cidades.

Na Austrália, onde se encontra a Grande Barreira de Corais, são recebidos 1,6 milhões de turistas por ano, gerando uma receita de aproximadamente 1 bilhão de dólares (GBRMPA, 2003).

Segundo o Projeto Coral Vivo (2007), cada m² de recife de coral equivale a US\$ 47.000,00 em proteção às propriedades. Ainda segundo o Projeto Coral Vivo, a receita gerada com o turismo nestes ambientes é de US\$ 2,5 bilhões na Flórida, US\$ 140 bilhões no Caribe e US\$ 960,00 milhões na Austrália, o que faz a atividade turística nestes ambientes ser cerca de 27 vezes mais rentável que a atividade da pesca.

As formações de recifes coralíneos no Brasil não são tão exploradas quanto as australianas, mas, mesmo assim, suas piscinas naturais são muito visitadas e importantes para o turismo nas regiões litorâneas, sobretudo no Nordeste.

Devido à importância e fragilidade destes ambientes, a preocupação com a conservação deles é cada vez maior. A criação de parques e áreas de proteção ambiental é cada vez mais comum. Pode-se notar essa preocupação com a criação da APA Costa dos Corais nos limites de Pernambuco e Alagoas que inclui as conhecidas piscinas naturais de Maragogi, e também a criação do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PE). Na Paraíba, temos até o momento a criação, através de decreto, do Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha (PARAÍBA, 2000), que passou a ter um plano de gestão no ano de 2007. Outro ambiente recifal bastante visitado e sem o mínimo de gestão, é Picãozinho, cartão postal da cidade, que recebe centenas de turistas na época de verão.

2.1 Picãozinho

Picãozinho é uma formação de recifes, com área de 71km², localizado a aproximadamente 1,5 km da praia de Tambaú, uma das mais famosas praias de João Pessoa – PB. (Figura 1 e Figura 2).

Nos dias com marés abaixo de 0,6 metros, é possível a visitação das piscinas naturais e a observação de sua diversidade de peixes, algas e cnidários.

Um estudo de análise qualitativa da cnidofauna da região foi realizado em Picãozinho, no período de agosto a novembro de 2006, com o objetivo de fundamentar e complementar uma proposta de zoneamento ambiental da região. Neste estudo foram encontradas colônias de zoantídeos - *Palythoa caribaeorum*, *Zoanthus sociatus*, *Protopalythoa variabilis*, *Zoanthus nymphaeus*, *Protopalythoa variabilis*, além de corais dos tipos *Siderastrea stellata*, *Favia*

gravidia Verrill, *Mussismilia hispida*, *Montastrea cavernosa*, *Agaricia agaricites*. Também foram registradas algas dos gêneros *Caulerpa*,

Penicillus e *Halimeda* e peixes que vivem nesse ambiente.

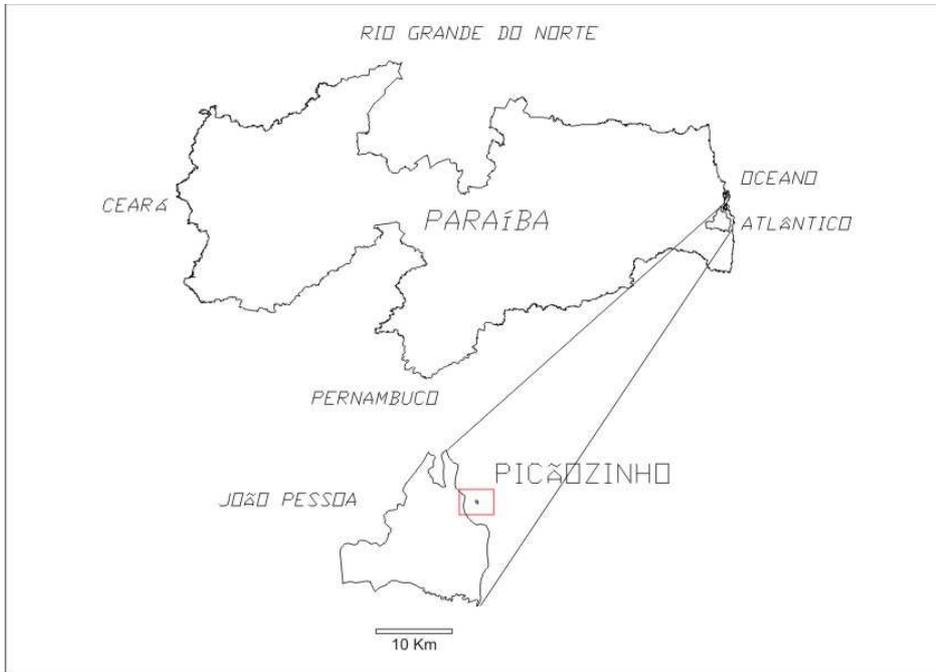


Figura 1 – Localização de Picãozinho com relação ao estado da Paraíba e o município de João Pessoa.
Fonte: Mapa desenvolvido pelo Prof. Dr. Eduardo Viana (2007).



Figura 2 - Imagem com destaques de Picãozinho e pontos de referência no continente.
Fonte: Imagem Google Earth (2007).

Estas piscinas naturais são apresentadas em praticamente 100% do material de divulgação das agências de receptivo turístico e de folhetos institucionais em João Pessoa - PB. São exploradas turisticamente há aproximadamente 15 anos e, atualmente, existem 6 empresas que levam turistas regularmente para passeios de aproximadamente 2 horas de duração.

O trajeto, que dura em média 15 minutos, é realizado em catamarãs com capacidade que varia de 40 a 100 passageiros por embarcação, as quais são verdadeiros bares flutuantes.

Durante o período de permanência em Picãozinho, os turistas se divertem principalmente nadando e fotografando a belíssima paisagem. Até março de 2006 era comum a alimentação artificial dos peixes. Esta prática foi quase que eliminada após campanhas educativas. Visitas *in loco* mostraram que muitos turistas não descem dos barcos, preferindo, assim, aproveitar o passeio bebendo e comendo dentro das embarcações.

Apresentaremos, aqui, uma análise de como o turismo é praticado atualmente no local e propostas para uma possível melhoria dessa importante atividade para a região.

Como já citado anteriormente, Picãozinho é um ambiente extremamente frágil e importante em termos ecológicos e, ao mesmo tempo, vital para a economia da cidade e das pessoas que a exploram. Diante desse fato, faz-se necessário o planejamento ambiental e turístico, para o uso consciente e contínuo da área.

3 Metodologia

Para a análise da percepção dos profissionais que exploram Picãozinho sobre a região foram utilizadas múltiplas fontes de dados.

Primeiramente, foi aplicado aos representantes de todas as empresas que exploram comercialmente a região, guias e promotores de venda, um total de 20 questionários semi-estruturados, compostos por 38 questões referentes à relação profissional e pessoal que eles possuem com o ambiente, bem como à visão dos turistas sobre o ambiente.

Estes questionários foram aplicados por meio de entrevistas realizadas no local que eram intercaladas com conversas aleatórias para a obtenção de outros dados relevantes.

Também foram utilizados dados de pesquisa realizada pela prefeitura municipal de João Pessoa através de sua Secretaria de Turismo – SETUR, no período de dezembro de 2006 e janeiro de 2007 e publicada em setembro de 2007.

Ao longo do processo de coletas de dados foram realizadas conversas informais e observações que, ao término da pesquisa, ajudaram na definição dos dados finais.

Após a coleta dos dados, as informações foram classificadas em categorias: Perfil dos profissionais que atuam em Picãozinho, Perfil das empresas e embarcações, Percepção dos profissionais que atuam em Picãozinho sobre os turistas e Percepções dos profissionais que atuam em Picãozinho sobre a maneira como o turismo é praticado e propostas sugeridas para sua melhoria.

A análise qualitativa dos dados adotada foi a teoria fundamentada nos dados, "grounded theory" Strauss & Corbin, (1990). Esta metodologia tem como objetivo justamente analisar os dados sem a necessidade de uma hipótese prévia, ou seja, visa criar uma teoria fundamentada nos dados.

Os dados coletados de diversas fontes são desmembrados em categorias, analisados e comparados sucessivamente, podendo, assim, servir para ajustes e correções já durante o processo de coleta desses dados.

4 Resultados

Este estudo integra-se no paradigma qualitativo que, segundo Strauss e Corbin (1990), deve ser utilizado para descobrir e compreender o que está por trás de qualquer fenômeno acerca do qual se sabe pouco e que podem revelar pormenores difíceis de descobrir com métodos quantitativos

As atividades realizadas no ambiente recifal de Picãozinho não podem mais ser classificadas como atividades tradicionais, já que assumiram um caráter estritamente comercial e fundamental para o turismo do município como um todo.

Os resultados da pesquisa foram separados em 4 categorias que serão apresentados abaixo.

4.1 Perfil dos profissionais que atuam em Picãozinho

Foram entrevistadas as pessoas indicadas como responsáveis por cada empresa, capitães proprietários, somente capitães e uma gerente de vendas.

Pode-se observar que a maioria dos responsáveis pelas empresas possui o 3º grau completo ou o estão cursando. Somente em uma embarcação o capitão não atende a essas características, estando cursando o 2º grau.

Pode-se perceber também que os profissionais atuam já há algum tempo com essa atividade e a maioria não fez nenhum curso técnico para o atendimento ao turismo.

Como os passeios dependem da maré e são operados somente 15 dias por mês, com uma duração total de aproximadamente 3 horas por

dia, os profissionais da área possuem outras atividades profissionais, com predominância ainda em turismo.

Embora não exista formação específica para a atividade realizada em Picãozinho, os entrevistados demonstraram grande interesse em se qualificar cada vez mais. Apresentaram-se dispostos e abertos a propostas educacionais ou outras iniciativas.

4.2 Perfil das empresas e embarcações

Seis embarcações operam regularmente em Picãozinho, mas as empresas possuem também embarcações para outros destinos (como para a Ilha de Areia Vermelha, em Cabeleado - PB, por exemplo) e, nos meses de dezembro e janeiro, esse número pode chegar a até 9 embarcações. Em média, a ocupação dos barcos é de 20% de sua capacidade total.

Todas as embarcações possuem registro na Capitania dos Portos, trabalham com capitães credenciados e seguem as normas de segurança, como possuir coletes salva-vidas e instruções de segurança a bordo.

Com relação às instituições de turismo, somente 2 empresas possuem registro na EMBRATUR.

As empresas contratam seus colaboradores dependendo da época do ano, evitando, assim, o vínculo empregatício. Os promotores de venda recebem comissão sobre os passeios vendidos e a tripulação das embarcações recebe em média R\$ 20,00 por saída.

O profissionalismo com que a atividade é realizada em Picãozinho é um facilitador para a implantação de propostas de planos de manejo ou outras atividades que beneficiem a atividade no local.

4.3 Percepção dos profissionais que atuam em Picãozinho sobre os turistas

No questionário aplicado aos guias da região, foram solicitadas algumas informações sobre os turistas que visitam Picãozinho. Os resultados são os que elencamos a seguir.

A maior parte do público é procedente de outros estados, principalmente São Paulo e Pernambuco.

A maioria dos turistas desconhece o que seja uma formação recifal e demonstra grande entusiasmo após o passeio.

Segundo os entrevistados, as frases mais comuns são de elogios à beleza cênica e de surpresa com a riqueza do ambiente e águas claras e quentes.

Os turistas podem alugar equipamentos de mergulho livre, snorkel e máscaras pela taxa de R\$ 5,00 para o passeio todo. Esse serviço extra contribui muito para a apreciação das belezas naturais do ambiente.

Também foram citadas manifestações de indignação com o lixo despejado nas piscinas e, em períodos de alta temporada, com o excesso de pessoas no local.

Embora sejam transmitidas informações simples sobre as formações recifais e piscinas durante a viagem nas embarcações, solicitando que não se caminhe sobre os corais e não se retire absolutamente nada das piscinas, foram registrados casos em que pessoas tentaram levar animais e pedaços de recifes para casa.

Outro problema identificado pelos guias é a falta de respeito às recomendações sobre pisoteio. Alguns turistas caminham sobre os corais calçando tênis ou sandálias para proteção dos pés e acabam danificando recifes, pisoteando algas e animais.

Um atrativo também muito popular entre os turistas, e bastante incentivado pelos guias, era a alimentação artificial de peixes. Esta prática foi abolida após programas de educação ambiental com os barqueiros, onde foram debatidas as razões para não alimentar artificialmente esses animais. Hoje, esta prática faz parte da mini palestra de como se comportar nas piscinas.

A falta de informação dos turistas que visitam Picãozinho é talvez um dos maiores desafios a serem vencidos para o uso consciente deste ambiente. Verifica-se através da visão dos operadores turísticos e de outras pesquisas, a total falta de conhecimento do atrativo em questão, da grande maioria dos visitantes.

4.4 Percepções dos profissionais que atuam em Picãozinho sobre a maneira como o turismo é praticado e propostas de melhoria.

Os próprios profissionais que atuam em Picãozinho (guias, barqueiros, proprietários de embarcações) reconhecem que atualmente a atividade turística na região não é realizada de maneira adequada. A superlotação em períodos de alta temporada (Figura 3), a falta de informações direcionadas aos turistas, os baixos valores cobrados, a falta de união entre as empresas e a não existência de um local específico para ancoragem dos barcos nas piscinas, foram citados nas entrevistas como os maiores problemas atualmente ocorridos. A superlotação, principalmente em períodos de alta temporada, é apontada como um altíssimo risco ao meio ambiente e perda significativa da qualidade do passeio para os turistas.



Figura 3 - Excesso de pessoas em Picãozinho.
Foto: Patrícia Oliveira (2006).

Dentre as soluções propostas estão a limitação de passageiros por embarcação e a fiscalização mais efetiva de órgãos como IBAMA e SUDEMA.

Os guias não recebem nenhum tipo de incentivo por parte dos órgãos públicos para melhor atender aos clientes e procurar instruir os turistas a preservarem a natureza da melhor maneira possível.

Em uma das entrevistas foi comentado que, esporadicamente, existem excursões escolares para Picãozinho, durante as quais os professores passam aos alunos informações mais detalhadas sobre os corais. Nessas ocasiões, os guias tentam absorver o que for possível dessa experiência para depois reproduzirem as informações aos turistas.

Os baixos valores dos passeios e serviços extras são apontados como um problema por muitos guias. Para eles, os passeios mais caros poderiam diminuir a quantidade de visitantes, aumentando a qualidade dos passeios e preservando o meio ambiente, sem com isso acarretar perda de receita.

Na época da pesquisa, a falta de união entre a categoria foi apontada como um problema, pois, apesar da tabela de preços, ainda existiam brigas e “roubo” de clientes com práticas “suicidas” de diminuição exagerada de preços.

No final de 2006 foi criada, por iniciativa deles, a APETEP, Associação dos Proprietários de Embarcações de Turismo do Estado da Paraíba, cujo principal objetivo é definir estratégias comerciais, para evitar os problemas acima citados.

Algumas empresas sugeriram que houvesse uma venda única de bilhetes. A questão da venda está sendo implantada pela APETEP.

A não existência de um local específico para ancoragem foi apontada como um grande problema por dois motivos principais: o primeiro deles é que atualmente as embarcações são obrigadas a lançarem suas âncoras sobre os recifes, danificando a sua estrutura, e, em segundo lugar, como durante as visitas os barcos ficam dentro das piscinas (Figura 4), uma grande área que poderia ser utilizada para banho por turistas acaba tendo a função de “estacionamento de barcos”.

Existem outros problemas citados também, como óleo derramado, barulho dos motores e turbidez das águas.

Os guias sugerem para esses problemas a construção de um local de atracamento fora da área das piscinas e que o transporte do ponto de atracamento às piscinas seja realizado com botes ou jangadas.

Com relação à problemática da ancoragem sobre os recifes (Figura 5), está em discussão, atualmente, um projeto de balizamento com bóias, como proposta de determinação de espaços fora das piscinas para a ancoragem das embarcações e a construção de uma plataforma para embarque e desembarque de turistas nas piscinas.

Ao longo da pesquisa, foi possível perceber interesse entre os entrevistados em trabalhar a questão do turismo em Picãozinho de maneira mais consciente e sustentável. A grande queixa é realmente a falta de incentivo e integração com os órgãos públicos e outras entidades.

Críticas frequentes a trabalhos acadêmicos que são realizados, em muitos casos, com a ajuda destes profissionais, e que nunca voltam para eles ou gerem modificações e melhorias efetivas para o ambiente foram citadas inúmeras vezes nas conversas informais.



Figura 4 - Imagem da ocupação dos barcos dentro das piscinas naturais de Picãozinho.
Fonte: Imagem Google Earth (2008).



Figura 5 - Âncora no ambiente recifal de Picãozinho – PB.
Foto: Patrícia Oliveira (2006).

5 Discussão e impressões

Cada indivíduo à sua maneira percebe, vivencia e interpreta o mundo que conhece. A percepção é, pois, uma consequência direta das propriedades do meio (GIBSON, 2005, apud RAZERA et al., 2006).

A pesquisa mostra que o turismo realizado nas piscinas naturais de Picãozinho tem uma grande representatividade para o turismo da cidade e é um fator social importante para uma série de profissionais que dependem dessa atividade. A formação recifal possui também grande valor ecológico, geográfico e biológico.

Costa et al. (2007) apontam que o principal uso impactante em Picãozinho é a atividade turística, particularmente relacionada com o pisoteio, movimentação e ancoragem de

embarcações, alimentação da fauna pelos banhistas, lixo, entre outros.

Um programa de educação ambiental, com parceria da Universidade Federal da Paraíba, Ministério do Meio Ambiente e Secretaria de Turismo de João Pessoa, iniciado em 2007 (JOÃO PESSOA, 2007) organiza eventos com a participação destes profissionais e já conseguiu alguns resultados, como a eliminação da prática de alimentação artificial dos peixes, melhoria da qualidade de informações transmitidas aos turistas e diminuição do tempo de visitação dos passeios.

A atividade turística não pode simplesmente ser interrompida, mesmo que visando à preservação do meio ambiente. Medidas devem ser tomadas para que esse equipamento mantenha as suas características e

a população e visitantes continuem explorando de forma consciente este ambiente.

Em muitos casos, a primeira barreira para a implantação do planejamento turístico são os próprios profissionais (RUSCHMANN, 1999). Os profissionais do turismo não se julgam responsáveis pelos danos ao meio ambiente, pois estão integralmente engajados na venda dos produtos e, no seu entender, já arcam com custos promocionais bastante elevados (SWARBROOKE, 2002).

Percebe-se que cada indivíduo tem sua interpretação de espaço, de acordo com a realidade em que vive. O espaço vivenciado é o que será refletido nas percepções. Sendo assim, esse parâmetro justifica a necessidade de compreender as ações de cada indivíduo, pois cada um tem uma percepção diferente. No entanto, não existe percepção errada ou inadequada. Existem, sim, percepções diferentes, condizentes com o espaço vivido.

De acordo com Kozel (2001), através dos processos perceptivos, a partir dos interesses e necessidades é que estruturamos e organizamos a interface entre realidade e mundo, selecionando-as, armazenando-as e conferindo-lhes significados.

A percepção acontece de forma diferente entre os indivíduos, isto é, cada pessoa apresenta determinada percepção com relação ao espaço, baseado em sua experiência de vida.

A aparente consciência dos guias, barqueiros e proprietários com relação às falhas na realização do turismo e à necessidade de atitudes imediatas para a solução de alguns problemas desperta uma ponta de esperança no ordenamento do turismo nessa importante região, mostrando que algumas medidas mitigadoras, que não impeçam o uso continuado do ambiente em questão, poderão ser bem aceitas por estas pessoas.

Sabe-se, no entanto, que este empenho visa principalmente a manter uma atividade comercial lucrativa, uma vez que, caso o ambiente recifal esteja sobre real ameaça, a visitação pode ser suspensa pelos órgãos competentes.

O turismo depende dos ambientes recifais para a geração de divisas em países da região intertropical (MELO, 2005). No Caribe, a geração de divisas através do turismo marinho está na ordem de US\$ 9 bilhões por ano (KUNZMANN, 2004), enquanto que, no Florida Keys (EUA), a atividade turística no ambiente marinho carrega para a economia local um aporte de aproximadamente US\$ 1,6 bilhões (BRYANT et al., 1998, apud KUNZMANN, 2004).

Os espaços turísticos são (re)criados, como objetos de consumo, inclusive pelo seu valor simbólico, mostrando que o turismo é a única atividade humana que se utiliza da natureza, no sentido de desfrutar tanto da beleza

da paisagem como das condições que o ambiente oferece (Cunha, 2001).

O turista é o consumidor cuja “[...] decisão para o deslocamento foi tomada com base em percepções, interpretações, motivações, restrições e incentivos, representando manifestações, atitudes e atividades relacionadas a fatores psicológicos, educacionais, culturais, técnicos, econômicos, sociais e políticos.” (MOESCH, 2002, p.12).

O turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e sua evolução, nas últimas décadas, ocorreu como consequência da busca do verde e fuga dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos, pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico, em contato com ambientes naturais, durante seu tempo de lazer. (RUSCHMANN, 1999, p.9).

Com base no cenário geral, há um consenso de que o turismo sem planejamento pode gerar sérios danos aos ambientes naturais (HALL, 2001). A exploração sustentável e o manejo de recursos em áreas marinhas e costeiras dependem fortemente do adequado conhecimento científico dos processos físicos, químicos e biológicos nos oceanos e das suas interações com áreas costeiras (AWOZIKA & MARONE, 2000). Mas, usualmente, o que se vê é que entre os tomadores de decisões e os usuários existe um razoável grau de personalismo refletido pela imposição dos políticos e aceitação dos clientes, quase sempre colocando em segundo plano esse conhecimento (COSTA et al., 2007).

O turismo deve ser planejado por turismólogos e outros cientistas que estejam aptos a com ele contribuir, e posto em prática por técnicos que já atuam e conhecem a realidade do local, caso contrário, a probabilidade de fracasso é grande.

As Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, elaboradas em 1994 pelo Grupo de Trabalho Interministerial em Ecoturismo, define: “Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (BRASIL, 1995).

O turismo planejado na forma de ecoturismo pode ser considerado uma alternativa viável para o desenvolvimento de uma área. Moreno (2005) descreve três estudos de projetos de ecoturismo implantados em áreas costeiras. Dois deles na década de 80, em Belize e Honduras, e um mais recente, no ano 2000, também em Belize. Em todos os casos, a

participação da iniciativa privada, poder público, organizações não governamentais e envolvimento da comunidade foram necessários e os projetos apresentaram bons resultados para o desenvolvimento da região.

Citando Vuelta (2000, p.22), que estudou os impactos do turismo na ictiofauna de Picãozinho, “Quando comparado com um recife semelhante na praia do Seixas João Pessoa – PB, localizado somente a 5 km de distância dos recifes de Picãozinho, é possível identificar impactos significativos no número de espécies de cnidários e peixes e em seu comportamento, devido à ação antrópica”.

Também é comentada, na mesma dissertação, a importância econômica para a região e a necessidade do planejamento ordenado das atividades no local.

A mesma autora ainda cita:

[...] foram descritas as atividades humanas realizadas em Picãozinho. Esta é uma importante fonte de recursos econômicos para a população que trabalha e depende do turismo, tornando-se necessária uma visitação organizada e ecologicamente adequada que permita a conservação do ecossistema recifal. Indicamos recomendações para o gerenciamento e monitoramento de Picãozinho e outros recifes do município de João Pessoa. (VUELVA, 2000 p.22).

Conversas informais mostraram que os envolvidos nessa atividade possuem um sentimento antagônico de interesse e repulsa a trabalhos acadêmicos desenvolvidos na área. Isso se deve ao fato da falta de integração entre as partes.

Na Paraíba existe potencial para o manejo costeiro, mas é preciso incrementar essa potencialidade através do treinamento das pessoas e da inclusão das universidades locais nesse treinamento, consolidando-se, assim, uma cultura de cooperação na preservação da costa. Essa cultura deve obrigatoriamente envolver a integração entre a sociedade e o poder político, no sentido de criar condições infra-estruturais suficientes para que os programas de gerenciamento ambiental tenham pleno êxito (COSTA et al., 2007).

A população inserida na atividade deve fazer parte do processo desde as propostas até à implantação e continuidade dele. Isso significa que qualquer atividade deve ser totalmente compreendida por todos a fim de poder ser retransmitida posteriormente.

A melhor maneira para essa compreensão e retransmissão por parte dos envolvidos é a educação ambiental. De acordo com Vargas (2005), a educação ambiental possibilita a construção de uma sociedade mais justa, democrática e participativa. A educação

ambiental não pode nem deve ser vista como uma nova disciplina. Segundo Souza (2000), “teria de ser a síntese criativa de uma abordagem nova, de caráter transdisciplinar, sustentada pelas informações e saber acumulados, dispersos pelas diversas especialidades”, ou seja, a união entre o saber popular da comunidade em conjunto com o conhecimento científico, de preferência, em várias áreas de conhecimento, promovendo a interdisciplinaridade.

Com relação aos turistas, pode ser verificado que eles se encantam com as belezas naturais das piscinas, mas poderiam aproveitar muito mais se recebessem informações mais detalhadas sobre o que é o ambiente que estão visitando, sua importância, peculiaridades e curiosidades.

A pesquisa de caracterização dos turistas em visitação a Picãozinho, realizada em janeiro de 2007 pela Secretaria Executiva de Turismo de João Pessoa, aponta alguns itens relevantes para a proposição de soluções para o uso sustentável desta área.

Quando interrogados sobre o pagamento de um valor adicional para serem acompanhados por um guia especializado que pudesse fazer uma explanação técnica sobre ambientes recifais, 62% dos entrevistados informaram que não tinham interesse, sendo que alguns destes argumentaram que o valor do ingresso já era dispendioso o bastante e, por isso, não pagariam nenhum valor adicional; e outros 35% demonstraram interesse em adquirir mais conhecimento sobre os ambientes marinhos e, portanto, estavam dispostos a pagar essa taxa.

As respostas sobre a quantidade de visitantes em Picãozinho ficaram bem equilibradas – 51% dos entrevistados consideraram normal a quantidade de pessoas e 49% acharam-na excessiva.

Apesar disso, no último item do questionário, o qual correspondia às sugestões de melhoria numa próxima visita, 31% consideraram que deveria ser limitado o número de pessoas visitando a área. A quantidade de pessoas, bem como seu comportamento contribui para a diminuição de boas condições de visitação.

Cerca de 93% dos entrevistados consideraram como muito importante limitar o número de pessoas, pois assim teriam uma condição de visitação melhor. 96% dos entrevistados consideraram que a observação da vida marinha era um fator importante ou muito importante para a visitação nos ambientes recifais de Picãozinho. Os visitantes desconhecem as espécies recifais, o que demonstra que a visitação adquire apenas um caráter recreativo, sem considerar a possibilidade de expandir seus conhecimentos a respeito da biodiversidade local.

Os dados da pesquisa mostram que o turista anseia por uma visitação mais

enriquecedora. Algumas medidas que a priori parecem punitivas, como a restrição do número de visitantes e cobrança de taxas para visitas guiadas, são necessárias, embora em um primeiro momento possam ser encaradas como ruins ou injustas.

Oliveira (2006) realizou uma pesquisa comparativa da percepção ambiental entre os três principais ambientes recifais comercializados em João Pessoa: Areia Vermelha, Picãozinho e Seixas. Os três ambientes, embora semelhantes, apresentaram resultados que comprovam a eficiência e importância de programas de educação ambiental.

Programas semelhantes podem facilmente ser aplicados no ambiente de Picãozinho, agregando valor ao produto e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

O envolvimento do poder público nesta questão ainda se dá de forma tímida, mas constante, o que pode gerar bons resultados.

Uma ação em parceria com a Secretaria de Turismo do Município de João Pessoa (SETUR) vem promovendo, ao longo do ano, oficinas para a troca de experiências e discussões sobre a conduta do turismo em Picãozinho.

Foram realizados até o momento 1 seminário com apresentação de diversos trabalhos científicos correlatos ao ambiente, oficinas de discussão sobre viabilidade técnica, Educação Ambiental e viabilidade econômica das propostas, e também foi oferecido um curso para a formação de multiplicadores da campanha “Conduta Consciente em Ambientes Recifais” do Ministério do Meio Ambiente.

6 Conclusões e Propostas

Os preços praticados em Picãozinho são muito inferiores se comparados à média de outras piscinas semelhantes e seus exploradores demonstram vontade de mudar esse quadro falho que se apresenta atualmente.

O planejamento da atividade turística, com a participação da população envolvida no transporte, é necessário para o bom funcionamento das propostas, já que o turismo possui potencial para ser um fator decisivo na conservação e uso sustentável de Picãozinho.

Apesar de citado como principal causador de impactos ambientais, não é possível afirmar que o turismo seja seu principal causador. Apesar de estudos realizados em diversos ambientes semelhantes mostrarem que nas áreas com maior atividade turística ocorrem as menores incidências e variações de espécies, outros fatores como corrente, salinidade, temperatura e outros devem ser levados em consideração.

As ações em parceria com a SETUR – JP mostraram-se bastante eficientes e já apresentando resultados, como a eliminação da alimentação artificial dos peixes e a redução do período de permanência dos turistas em Picãozinho.

Ainda existem conflitos no tocante à gestão da área, por envolver diversos setores de âmbito federal, estadual e municipal. Estes conflitos políticos dependem de muita negociação para sua solução. Atualmente está proposta a criação de uma Área de Proteção Ambiental para a região, mas ainda não se decidiu de quem será a gestão.

Propomos, ainda, a realização de um zoneamento da área, levando em consideração todas as peculiaridades do ambiente e o seu uso atual. Um estudo de capacidade de carga é necessário para determinar o número adequado de visitantes, podendo, assim, agregar valor ao passeio realizado.

A tomada de medidas simples, como a alteração do local de ancoragem e possível substituição de âncoras metálicas por poitamentos fixos, com áreas para prender as amarras, seria uma boa opção para diminuir o impacto da ancoragem sobre os recifes e otimização do espaço das piscinas, uma vez que atualmente as embarcações ancoram dentro dos recifes.

Projetos constantes de educação ambiental e criação de novos atrativos, como áreas específicas para mergulhos, observação sem sair do barco e outras propostas que os próprios guias possam ter, serviriam para agregar valor a esse atrativo de tamanha relevância para a Paraíba.

A participação de órgãos públicos e universidades trabalhando em sinergia são fundamentais para o sucesso das propostas de uso sustentável da área em estudo.

7 Tourism in Coral Reefs of Picãozinho, João Pessoa, PB - Perceptions, Conflicts and Alternatives.

Abstract: *Coral reefs have enormous ecological and economic importance for the world. Since they are fragile environments, discernment is necessary in their exploration. This paper tries to characterize the current form of recreational tourism at the reef of Picãozinho, in João Pessoa – Paraíba by identifying the relation between tourism professionals and the tourists who explore this area of the reef. In order to achieve this goal, qualitative research was*

applied to the tourism operators and local observation was performed for an analysis of the results that follows, for which grounded theory was used. Based on such analysis, a comparison between this environment and others with similar usage but with sustainable exploration will be presented, as well as propositions for correct and conscientious ways for using it.

Keys Words: Coral reef. Sustainable tourism. Use of reefs. Impact Assessment. Alto Sorocaba basin.

8 Referências

- ALVES, M.C. **Conscientização turística em Antonina** – PR, Turismo em Análise, USP - São Paulo, SP, v.10, n.1, p.75-91, mai.1999.
- AWOZIKA, L. & MARONE, E.. Scientific needs to assess the health of the oceans in coastal areas: a perspective of developing countries. **Ocean & Coastal Management**, 43:781-791. 2000.
- BRASIL. **As Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. (1995) Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=ecoturismo/index.html&conteudo=ecoturismo/diretrizes.ht>>. Acesso em: 15 jun. 2006.
- BRASIL. **Atlas dos Recifes de Coral nas Unidades de Conservação Brasileiras 2005** – Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/tomenota.cfm?tomenota=/port/sbf/dap/capa/index.html&titulo=%EF%BF%BD?reas%20Protegidas>>. Acesso em 03 nov. 2006.
- CASTRO, C. **Avaliação das Ações Prioritárias para a conservação da biodiversidade da zona costeira e marinha – Recifes de Coral**. Departamento de Invertebrados, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1999
- CUNHA, C. **O recurso natural como recurso turístico**. Bahia Análise e Dados, Setembro 2001.
- COSTA, C ; SASSI, R; COSTA, M **Recifes Costeiros da Paraíba, Brasil: usos, impactos e necessidades de manejo no contexto da sustentabilidade** – Gaia Scientia 2007.
- PARAÍBA. DECRETO n.º 21.263 **Unidade de Proteção Integral. Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha** – SUDEMA ;, 07 fevereiro de 2000
- DIEGUES, A. C. **Ecologia Humana e Planejamento Costeiro**. São Paulo: NUPAUB, 2001.
- FERREIRA, A. B. H. **Dicionário da Língua Portuguesa**, 1ª edição, 14 a impressão, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1975
- Great Barrier Reef Marine Park Authority, **Great Barrier Reef Marine Park Zoning Plan 2003**. Disponível em: <http://www.reefed.edu.au/rap/pdf/ZP_25-11-03.pdf >. Acesso em 03 nov. 2006.
- HALL, C: Trends in ocean and coastal tourism: the end of the last frontier? **Ocean & Coastal Management**, 44, 2001.
- JOÃO PESSOA. **Caracterização e avaliação da visitação nos ambientes recifais do Picãozinho (PB)**, 2007.
- KOZEL, T. S. - **Das imagens às linguagens do geográfico: Curitiba, a “capital ecológica”**. São Paulo, 2001. Tese de Doutorado-Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.
- KUNZMANN A. **Coral, Fishermen and Tourists**. Nega, Wordfish Center Quartely. Vol 27 no. 1 & 2 jan-jun 2004.
- MELO, R. **O Turismo em Ambiente Recifais: em busca da transição para a sustentabilidade**. Caderno Virtual de Turismo, Dezembro 2005
- MOESCH, M. **A produção do saber turístico**, 2a ed., São Paulo, Contexto, 2002, 140 p.
- MORENO, P. Ecotourism along the meso-American Caribbean reef: the impacts of foreign investment. **Mark Human Ecology: An Interdisciplinary Journal**, April, v33, i2, p. 217, 2005.
- OLIVEIRA, P. **Percepção Ambiental dos Turistas Frequentadores de Ambientes Recifais: Praias do Seixas, Areia Vermelha e Picãozinho – João Pessoa – PB (2006)**. Monografia (Especialização em Ciências Ambientais) Faculdades Integradas de Patos 2006.
- PARAÍBA, **DECRETO N.º 21.263 DE 28 DE AGOSTO DE 2000, Cria o Parque Estadual Marinho de "Areia Vermelha"**
- Projeto Coral Vivo ,2007 – **Palestra** ministrada no curso de capacitação do programa Conduta Consciente em nos Recifes de Coral – João Pessoa, março 2007
- RAZERA, J.C; BOCCARDO, L; PEREIRA, P **Percepções sobre a fauna em estudantes indígenas de uma tribo tupinambá no Brasil: um caso de etnozootologia** Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias Vol. 5 Nº3, 2006
- RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do meio Ambiente**. Campinas : Papirus 1999
- SWARBROOKE. J. - **Turismo Sustentável – Conceitos e Impacto Ambiental 3ª ed.** São Paulo – Adelph - 2 ed. 2002

SOUZA, N.M. **Educação ambiental. Dilemas da prática contemporânea.** Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2000

STRAUSS A.; CORBIN, J. **Basics of Qualitative Research: grounded theory procedure and techniques.** London: Sage Publications, 1990

THE CORAL REEF ALLIANCE: disponível em: www.coralreefalliance.org acesso em 27 outubro 2006.

VARGAS, L. **Educação Ambiental: A Base para uma Ação Político/Transformadora na Sociedade.** Revista Eletrônica em Educação Ambiental vol.15 Rio Grande Jul/Dez 2005

VUELTA, C. **Influência do Turismo sobre a Ictiofauna de um Recife Costeiro da Cidade de João Pessoa – Picãozinho, Paraíba, Brasil (2000).** Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas) Universidade Federal da Paraíba 2000.